



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

CMSE - COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO

ATA DA 181ª REUNIÃO

Data: 7 de junho de 2017

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista ao final da ata.

1. ABERTURA

1.1. A 181ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi aberta pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que agradeceu a presença de todos. Na sequência, foram realizadas as apresentações descritas a seguir.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

2.1. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS apresentou a avaliação das condições do atendimento eletroenergético do SIN. Sobre as condições hidrometeorológicas e climáticas, referente ao mês de maio de 2017, informou que, na primeira semana, a atuação de áreas de instabilidade no Paraguai, Paraná e Mato Grosso do Sul ocasionou chuva na calha principal do rio Paraná, no rio Paranapanema e no rio Tietê. Nas demais semanas a passagem de uma frente fria pelo Rio Grande do Sul ocasionou totais significativos de precipitação na bacia do rio Jacuí, Uruguai, Iguaçu, Paranapanema e Tietê, e fraca a moderada nas bacias dos rios Grande e Paranaíba.

2.2. O ONS destacou que, conforme apresentado na reunião do Grupo de Trabalho MCTIC/MME sobre Previsão Meteorológica Estendida, realizada no dia 6 de junho de 2017, nos próximos sete dias as precipitações mais significativas estarão concentradas nas bacias dos rios Uruguai, Jacuí, Iguaçu e Paranapanema, onde os acumulados ultrapassarão a média histórica do período. O restante do país apresenta um cenário típico de estação seca. Considerando prazos mais estendidos (de 15 a 30 dias), é previsto quadro pluviométrico típico da estação seca, caracterizada pela ausência de chuvas expressivas na grande área central do país.

2.3. A temperatura superficial do Oceano Pacífico Equatorial é compatível com uma situação de neutralidade, o que não deve interferir significativamente no regime pluviométrico dos próximos meses. Não se descarta o desenvolvimento de um episódio de "El Niño" de fraca intensidade durante a segunda metade do ano.

2.4. Em termos de Energia Natural Afluenta – ENA bruta, foram verificados no mês de maio de 2017 os valores de 100% no Sudeste/Centro-Oeste, 168% no Sul, 22% no Nordeste e 60% no Norte, referenciados às respectivas médias de longo termo – MLT.

2.5. Ao final do mês de maio de 2017, foi verificada Energia Armazenada – EAR de 43,3%, 71,7%, 19,5% e 65,7% nos reservatórios equivalentes dos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente, referenciados às respectivas EAR máximas. Os valores esperados de armazenamentos equivalentes ao final do mês de junho são: 43,6% no Sudeste/Centro-Oeste, 96,3% no Sul, 17,3% no Nordeste e 65,1% no Norte. Estes valores são menores quando considerado o limite inferior da previsão, atingindo: 42,5% no Sudeste/Centro-Oeste, 81,8% no Sul, 17,1% no Nordeste, 64,9% no Norte.

2.6. Foi também apresentado estudo prospectivo do armazenamento equivalente do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, enfatizando a forte dependência das condições hidrológicas do subsistema Sul e o consequente intercâmbio entre estes subsistemas. Com as relevantes chuvas verificadas na região Sul, esta passou a fornecer energia para a região Sudeste/Centro-Oeste no início de junho de 2017. A estratégia de operação passou a ter os subsistemas Norte e Sul como exportadores de energia e o Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste como importadores, o que melhorou as

condições de atendimento ao SIN em relação ao mês anterior e, conseqüentemente, para o final do período seco.

2.7. Em relação à operação das usinas do rio São Francisco, o ONS apresentou simulações de expectativa de armazenamento nas usinas hidrelétricas - UHEs Três Marias, Sobradinho e Itaparica ao longo do período seco, utilizando os piores cenários de aflúncias verificados no histórico, que tem se aproximado da realidade vivenciada atualmente. Neste sentido, informou que, na segunda quinzena do mês de maio, foram conduzidas reduções nas defluências mínimas a partir das UHEs Sobradinho e Xingó a fim de proporcionar maior segurança hídrica para a bacia do rio São Francisco. Foi informado que se iniciou, em 29 de maio de 2017, os testes de defluência de 600 m³/s. Esta redução foi respaldada na Resolução da Agência Nacional de Águas nº 742/2017, e na Autorização Especial do IBAMA nº 11/2017, e seguiram rito definido no âmbito do grupo de acompanhamento da operação dos reservatórios do rio São Francisco, sob a coordenação da ANA, e que conta com ampla participação de representantes do Poder Público, usuários e sociedade civil.

2.8. Sobre a deliberação da 169ª reunião do CMSE, realizada em 1º de junho de 2016, relativa ao despacho térmico adicional por garantia de suprimento energético, foi mencionado que este despacho tem sido praticado somente no subsistema Nordeste, em função da necessidade de fechamento do balanço energético para atendimento local.

2.9. Em relação à deliberação da 179ª reunião do CMSE, realizada em 5 de abril de 2017, quando foi deliberado que o ONS e a ANEEL deveriam concluir as análises para viabilizar a conexão do complexo fotovoltaico de Ituverava, com 196 MW, de modo provisório em derivação na LT 230 kV Bom Jesus da Lapa – Barreiras, foi reportado que o trabalho coordenado do ONS, MME e ANEEL e articulação das transmissoras Chesf, PTE, SPT e TAESA, assim como da ENEL, proprietária da UFV Ituverava, permitiram a conclusão das obras de integração da subestação - SE Barreiras 2 (500/230 kV), da SE Rio Grande 2 (230/138 kV) e da SE Tabocas do Brejo Velho (230 kV), viabilizando o início da operação em teste das usinas fotovoltaicas – UFV Ituverava 1, 2 e 3, totalizando 84 MW, trazendo uma melhoria das condições de suprimento de energia à região leste da Bahia.

2.10. Foi mencionado também que o risco de qualquer déficit de energia em 2017 é igual a 0,0%, para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, considerando a configuração do sistema do PMO de junho de 2017. Estes resultados são obtidos nas simulações do modelo Newave para séries sintéticas, com tendência hidrológica, considerando em seus parâmetros que não há racionamento preventivo e com térmicas por ordem de mérito. Para séries históricas, o valor do risco de qualquer déficit também é igual a 0,0% para os dois subsistemas.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

3.1. A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME iniciou a apresentação destacando o início dos testes da unidade geradora - UG1, com 189,55 MW, da usina térmica – UTE Mauá 3, a partir de 25 de maio de 2017, conforme Despacho ANEEL nº 1.436.

3.2. Relatou que, até 31 de maio de 2017, o sistema elétrico brasileiro totalizou expansão de 2.342,1 MW^[1] de capacidade instalada, que representa 48% do previsto para o ano 2017.

3.3. Foi informado que, em 29 de maio de 2017, foi publicado o resultado final das declarações de sobras, déficits e ofertas de reduções contratuais para o processamento de maio de 2017 do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCS D de Energia Nova A4+, que resultou na descontratação integral do montante de energia de 55 usinas, totalizando cerca de 1.450 MW de capacidade instalada.

3.4. Sobre o tema os membros do CMSE analisaram como considerar as usinas que descontratarão no MCS D EN A4+ no horizonte da expansão do Programa Mensal de Operação – PMO e decidiram que, a partir do PMO de julho de 2017, as usinas que descontratarão e que não estão em operação comercial deverão ser retiradas do deck do PMO.

Deliberação: o CMSE decidiu retirar do deck do PMO, a partir do PMO de julho de 2017, as usinas que descontratarão no MCS D EN A4+ de maio de 2017 e que não estão em operação comercial.

3.5. Em relação aos empreendimentos de transmissão, foi destacada a expansão verificada até 31 de maio de 2017, atingindo 972,7 km de linhas de transmissão da Rede Básica e conexões de usinas (27,7% do previsto para o ano 2017) e 3.915 MVA de transformação na Rede Básica (25,6% do previsto para o ano 2017). No mês de maio, entraram em operação 650 km de linhas de transmissão e 1.885 MVA de capacidade de transformação.

3.6. Em seguida, o Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, de 18 de maio

de 2017, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício-Circular nº 7/2017/CGEG/DMSE/SEE-MME, em 22 de maio de 2017, para subsidiar o PMO de junho de 2017.

3.7. As datas de tendência para operação comercial de linhas de transmissão e subestações também foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme estabelecidas na reunião mensal de 17 de maio de 2017, do Grupo de Monitoramento da Expansão da Transmissão, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício-Circular nº 8/2017/CGEG/DMSE/SEE-MME, em 1º de junho de 2017.

|| Valor consolidado após a reunião.

4. CRITÉRIOS DE PLANEJAMENTO E OPERAÇÃO DAS INTERLIGAÇÕES

4.1. O ONS apresentou o resultado da análise realizada em conjunto com a EPE sobre os critérios de planejamento e operação e das interligações e grandes troncos de transmissão do SIN, ressaltando que também foi feito trabalho sobre instalações de atendimento às capitais e que em breve deverá ser apresentado ao CMSE.

4.2. Nesse sentido, foram primeiramente apresentados os objetivos do trabalho, que consistiu em definir novos critérios para aumento da confiabilidade e segurança do SIN, buscando torná-lo robusto frente a ocorrência de contingências múltiplas em grandes troncos de transmissão, considerando os aspectos técnicos, econômicos e estratégicos envolvidos na obtenção de ganhos em segurança para o SIN, indicando possíveis reforços e/ou melhorias para mitigar os impactos identificados.

4.3. Em seguida, foi apresentada a matriz de tomada de decisão sobre a implantação de reforços de transmissão, incluindo as análises de risco, de custo e de confiabilidade associadas, considerando alternativas de implantação de Sistemas Especiais de Proteção – SEP e avaliando a permanência de exposição ao risco. Foi também relatado o processo de análise de contingências duplas em importantes troncos de transmissão, incluindo uma avaliação estatística das ocorrências verificadas e resultando em recomendações e observações específicas para os cada um dos troncos de transmissão.

4.4. Como ações previstas resultantes do trabalho, o ONS encaminhará anualmente à EPE um panorama do desempenho do SIN com base na aplicação dos critérios específicos, para subsidiar os estudos no sentido de avaliar a melhor oportunidade de implantação de soluções estruturais.

5. AÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO ‘CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO A RORAIMA’

5.1. A SEE/MME informou o andamento das atividades do Grupo de Trabalho sobre as condições de atendimento a Roraima. Em relação à deliberação do CMSE da 180ª reunião, realizada em 3 de maio de 2017, que recomendou visita técnica ao parque térmico instalado, foi relatado que o parque térmico tem potência contratada de cerca de 190 MW, mas há capacidade instalada de 226 MW, devido a existência de unidades geradoras de contingência utilizadas como reserva para manutenções programadas ou desligamentos não programados de unidades geradoras. Durante a visita técnica foi acordado que a Eletrobras Distribuição Roraima – EDRR deverá elaborar um plano de contingência preventivo para eventual interrupção no fornecimento de energia pela Venezuela, considerando logística de combustível, quantidade de reserva girante necessária, entre outros pontos relevantes.

5.2. As análises do GT para o horizonte de curto prazo resultaram no aperfeiçoamento do processo de análise das ocorrências em Roraima. Em maio de 2017, houve aumento do número de desligamentos totais das cargas, entretanto, os trabalhos estão em andamento, com ações previstas para evitar desligamentos no trecho brasileiro da Interligação Brasil – Venezuela e para melhoria no processo de recomposição das cargas.

5.3. Outras análises preliminares do GT indicam a viabilidade de implantação de programas de eficiência energética, por meio da substituição de lâmpadas e condicionadores de ar em consumidores residenciais e comerciais, além de substituição de lâmpadas de iluminação pública e implantação de geração distribuída em prédios públicos. O Comitê entendeu que há oportunidade para aplicação desses programas para reduzir a dependência de geração térmica e que os estudos podem ser aprofundados.

Deliberação: o CMSE deliberou pelo aprofundamento dos estudos do Grupo de Trabalho de Atendimento a Roraima visando viabilizar programas de eficiência energética e de geração distribuída, buscando atingir a meta de redução de 8 MW de demanda em 2018.

5.4. Em relação à deliberação do CMSE da 179ª reunião, realizada em 5 de abril de 2017, recomendando a suspensão provisória da contratação dos montantes de geração térmica adicional, de que trata o artigo 2º da Portaria MME nº 276/2016, o Grupo de Trabalho avaliou o mercado previsto para o ano de 2017, tendo como referência a Carta EDRR nº 123/2017, de 25 de maio de 2017, na qual a distribuidora ratificou a previsão de demanda do mercado de cerca de 216 MW para o ano de 2017.

5.5. Sendo assim, considerando que já estão instalados 189,1 MW de geração térmica em Boa Vista, Estado de Roraima, e tendo em vista a Portaria MME nº 276/2016, o CMSE ratificou a necessidade de instalação de montante de geração térmica adicional até o limite estabelecido na Portaria MME nº 276/2016 para o ano 2017.

5.6. Para os anos subsequentes, o Grupo de Trabalho deverá incorporar os resultados dos programas de eficiência energética, de geração distribuída e as avaliações de médio e longo prazo, para posterior apresentação dos resultados e avaliação do Comitê.

Deliberação: o CMSE recomenda a contratação de geração térmica adicional, conforme estabelecido na Portaria MME nº 276/2016, para atender ao limite total instalado de 216,5 MW para o ano 2017, mantendo-se suspensa a contratação para os anos subsequentes até a conclusão dos estudos do Grupo de Trabalho de Atendimento a Roraima. A geração deverá atender aos requisitos técnicos recomendados pelo Grupo de Trabalho de Atendimento a Roraima.

5.7. Continuam em andamento as avaliações de médio e longo prazos, incluindo a análise da implantação de sistemas de armazenamento para preservação de cargas quando de desligamentos da interligação e a avaliação de realização de leilão de energia, no 2º semestre de 2017, visando contratar empreendimentos que tenham a entrada em operação escalonada entre 12 e 36 meses, para atendimento ao crescimento do mercado e substituição de parte dos contratos de aluguel. As condições para realização do certame terão como base o leilão dos sistemas isolados de Manaus, realizado em maio de 2017, e as premissas serão analisadas pelo Comitê na reunião de julho de 2017.

6. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

6.1. O ONS apresentou um resumo do Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia - BISE do período de 3 de maio a 7 de junho de 2017, que contempla interrupção de carga superior a 100 MW e duração acima de 10 minutos.

6.2. Foi destacada primeiramente a perturbação que envolveu o sistema Amapá no dia 03 de maio, devido à abertura das linhas em 230 kV Laranjal – Macapá, circuitos 1 e 2, causada por descargas atmosféricas. Como encaminhamento, estão sendo ajustados os controles do compensador estático da subestação – SE Macapá e dos reguladores de tensão das usinas da região. A avaliação do desempenho das linhas para descargas atmosféricas também foi incluída nas ações que estão sendo adotadas pelo ONS para identificação de problemas de aterramento nos trechos mais críticos da interligação Tucuruí – Macapá – Manaus, conforme deliberado na 180ª reunião do Comitê, em 3 de maio de 2017.

6.3. Também foi destacado o desligamento da SE Mossoró, no Rio Grande do Norte, no dia 18 de maio, devido à atuação acidental da proteção contra falha de disjuntor durante intervenção nos sistemas de proteção da linha de conexão dos Conjuntos Eólicos Carcará II e Areia Branca. Por último, foi relatado o desligamento da subestação Oeste, em São Paulo, no dia 19 de maio, devido a ação humana acidental durante intervenção para adequação da proteção diferencial de barra, em função de inclusão de novos vãos nas barras de 88 kV da subestação.

7. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

7.1. A CCEE fez um relato sobre a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP referente a março de 2017, realizada nos dias 11 e 12 de maio, e referente a abril de 2017, realizada nos dias 5 e 6 de junho, envolvendo agentes que comercializam energia nos Ambientes de Contratação Regulada - ACR e Livre - ACL.

7.2. Primeiramente, foram apresentados os valores correspondentes a cada contabilização mensal do MCP e o respectivo número de agentes participantes em cada caso. Assim, em março de 2017, este total contabilizado foi de R\$ 2,85 bilhões, tendo havido participação de 5.860 agentes. Já para abril de 2017, o total contabilizado foi de R\$ 3,71 bilhões, e participação de 5.978 agentes, com destaque para o valor bem elevado no mês de abril, devido à elevação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio.

7.3. Em relação à liquidação de março de 2017, do valor total de R\$ 2,85 bilhões, R\$ 1,27 bilhão (45% do total contabilizado no mês) foi relativo ao efetivo apurado no Mercado de Curto Prazo, tendo havido pagamento de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do valor restante (R\$ 270 milhões),

destaca-se que cerca de R\$ 218 milhões se referem à inadimplência de agentes de distribuição. Em relação ao *Generation Scaling Factor* – GSF referente ao ACL, os débitos totalizaram aproximadamente R\$ 1,58 bilhão, correspondendo a 55% do total contabilizado no mês.

7.4. Em relação à liquidação de abril de 2017, do valor total de R\$ 3,71 bilhões, R\$ 2,07 bilhões (56% do total contabilizado no mês) foi relativo ao efetivo apurado no Mercado de Curto Prazo, tendo havido pagamento de aproximadamente R\$ 1,77 bilhão. Do valor restante (R\$ 300 milhões), destaca-se que cerca de R\$ 278 milhões se referem à inadimplência de agentes de distribuição, cenário que permanece desde os meses anteriores. Em relação ao *Generation Scaling Factor* – GSF referente ao ACL, os débitos totalizaram aproximadamente R\$ 1,64 bilhão, correspondendo a 44% do total contabilizado no mês.

7.5. Sobre o crédito da liquidação de março de 2017, foi informado que os agentes não amparados por liminares de preferência no recebimento dos créditos (*loss sharing*) devem receber cerca de 23,1% do montante a eles devido. A queda da liminar da ABRACEEL aumentou os valores pagos aos agentes não amparados por liminares, em comparação aos meses anteriores. Entretanto, a ABRACEEL obteve o restabelecimento da liminar e, para a liquidação do mês de abril de 2017, os agentes não amparados por liminares devem receber apenas cerca de 4,9% do montante a eles devido no mês.

7.6. A CCEE informou também que os agentes do setor elétrico têm demandado com frequência informações relativas à volatilidade do PLD. Assim, foi proposto o encaminhamento do tema para a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP. Os membros do CMSE concordaram e o tema deverá ser analisado no âmbito da CPAMP.

Deliberação: o Comitê deverá encaminhar à Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP solicitação de análise da volatilidade do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

8. ASSUNTOS GERAIS

8.1. Andamento das Atividades de Análise de Explosões de TCs

8.1.1. O ONS relatou o andamento da análise sobre as explosões de Transformadores de Corrente – TC no SIN. Destacou que desde janeiro de 2014, o ONS, juntamente com o MME e a ANEEL, vem realizando reuniões visando identificar pontos de melhoria no processo de substituição de transformadores de instrumentos, principalmente em função do elevado número de perturbações causadas por explosão de TCs em equipamentos da Rede Básica.

8.1.2. Na última reunião do grupo realizada em abril de 2017, coordenada pelo MME, foi dado destaque aos eventos envolvendo os transformadores de corrente, modelo CTH550 de fabricação GE, que têm apresentado elevado número de explosões, no período de 2014 a 2017, com perda de carga significativa.

8.1.3. Encontra-se em fase de elaboração Relatórios de Análise de Falhas – RAF de dez transformadores de corrente, modelo CTH550. Os agentes de transmissão envolvidos estão participando de um grupo de estudos com o respectivo fabricante, para identificação da causa raiz das explosões, e há expectativa de identificação da causa das falhas.

8.1.4. Assim, está prevista reunião em junho de 2017, coordenada pelo ONS, com todos os agentes envolvidos, oportunidade na qual serão delineadas as próximas ações relativas ao assunto.

8.2. GT Mecanismo de Realocação de Energia – MRE

8.2.1. A Secretaria Executiva do MME informou que os trabalhos do GT estão em andamento, com análise a respeito das medidas estruturais de sustentabilidade do mecanismo de realocação de energia - MRE.

8.3. GT Leilões

8.3.1. A SEE/MME informou que o grupo de trabalho – GT Leilões, criado pelo CMSE em sua 157ª reunião, realizada em 8 de julho de 2015, está em fase final de consolidação do relatório do grupo, com previsão de conclusão das análises e apresentação ao CMSE na reunião de julho de 2017.

8.4. Calendário das Reuniões Ordinárias do CMSE no ano 2017

8.4.1. A SEE/MME propôs a alteração das datas das reuniões do CMSE dos meses de agosto e novembro de 2017. No mês de agosto a reunião passaria do dia 2 para o dia 3. No mês de novembro a reunião passaria do dia 8 para o dia 9. Os membros do CMSE concordaram com a alteração das datas. Assim, o calendário das reuniões foi atualizado.

8.5. Nada mais havendo a tratar, o Ministro deu por encerrados os trabalhos, determinando a

lavatura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim, Fábio Lopes Alves, Secretário-Executivo do CMSE.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Edvaldo Risso	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Mauricyo Correia	MME
Romeu Rufino	ANEEL
André Pepitone da Nóbrega	ANEEL
José Jurhosa Jr.	ANEEL
Rui Guilherme Altieri Silva	CCEE
Roberto Castro	CCEE
Robésio Maciel de Sena	MME
Symone C. S. Araújo	MME
Ildo Wilson Grütner	MME
Amilcar G. Guerreiro	EPE
Luiz Eduardo Barata Ferreira	ONS
Álvaro Fleury Veloso da Silveira	ONS
Mauro P. Muniz	ONS
José Cesário Cecchi	ANP
Ricardo Suassuna	MME
Domingos Andreatta	MME
João Daniel de Andrade Cascalho	MME
Cesar F. Borges	MME
Igor Souza Ribeiro	MME
Manoel Clementino	MME
Elizeu Pereira Vicente	MME
Rodrigo Fornari	MME
Igor Walter	MME
Rita Alves Silva	MME
André Luiz Barros de Brito	MME
George Alves Soares	MME
José Brito Trabuco	MME

Guilherme Silva de Godoi	MME
Layse Lacerda	MME
Paulo Félix Gabardo	MME
Francisco Arteiro	ONS
Guilherme Wehb Syrkis	MME
Paulo Cesar Domingues	MME

Anexo 1:	Nota Informativa - 181ª Reunião do CMSE (07-06-2017) (SEI nº 0055033);
Anexo 2:	Datas de Tendência das Usinas - 181ª Reunião CMSE (07-06-2017) (SEI nº 0055035);
Anexo 3:	Datas de Tendência da Transmissão - 181ª Reunião CMSE (07-06-2017) (SEI nº 0055036).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Lopes Alves, Secretário de Energia Elétrica**, em 28/06/2017, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055021** e o código CRC **F8935779**.

Referência: Processo nº 48300.002156/2017-23

SEI nº 0055021